

PT deve recorrer ao Supremo ³³

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A reedição da medida provisória que trata da livre negociação salarial pode parar no Supremo Tribunal Federal. Ontem, o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), informou que seu partido estuda a possibilidade de entrar, no Supremo, com uma ação de inconstitucionalidade contra a reedição. Genoíno argumenta que o governo não poderia ter repetido a medida, substituída pelo projeto de conversão do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que estabelece a prefixação mensal de preços e salários. O PDT também estuda a constitucionalidade do ato, segundo informou o vice-líder Brandão Monteiro (RJ).

"Vou defender a inconstitucionalidade da reedição", afirmou Genoíno que, independentemente da ação estudada pelo PT, pretende fazê-lo quando o Congresso apreciar a admissibilidade da Medida Provisória nº 292. Com base em artigo da Constituição, que diz que projeto rejeitado não pode ser reapresen-



José Genoíno

tado na mesma sessão legislativa, ele pretende argumentar que a medida, substituída pelo projeto de conversão, somente poderia ser reapresentada depois do dia 1º de fevereiro, quando começa uma nova sessão legislativa ordinária.

O assunto levantará polémica. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), ponderou que não houve rejeição da en-

tão Medida Provisória nº 273. Segundo a mesa do Congresso, a Medida Provisória nº 273 foi considerada prejudicada, já que foi substituída por um projeto de conversão, mas não houve rejeição do mérito. No ano passado, houve o caso da rejeição do mérito da Medida Provisória nº 190, pelo Congresso, que proibia os Tribunais Regionais do Trabalho de conceder liminares até o julgamento das ações trabalhistas pelo TST. O governo reeditou e o Supremo considerou o ato inconstitucional.

O PDT, segundo o deputado Brandão Monteiro, já firmou posição contrária à Medida Provisória nº 292, antes mesmo de conhecê-la. "Estamos nessa brincadeira de gato e rato há meses", disse ele, lembrando que a polémica salarial já se arrasta desde maio do ano passado no Congresso. Ao contrário de outros líderes, ele acredita ser possível obter quórum, durante a convocação extraordinária, para rejeitar a medida. Brandão Monteiro conta com os votos dos parlamentares derrotados nas eleições.